



**VARIG**  
*Brasil*

**DEMONSTRAÇÕES**

**FINANCEIRAS**

**TRIMESTRAIS**

**30 DE JUNHO DE 2004**

---



## RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em 30 de junho de 2004, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre revisão especial.

### 1 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2004, no período de janeiro a junho, os principais indicadores de desempenho operacional da VARIG e de sua controlada VARIG Log (Cargo), bem como em conjunto com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste, comparados com o mesmo período de 2003 são:

	VARIG e VARIG Log			VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Horas Voadas	147.597	146.693	0,6	157.150	170.063	-7,6
INTERNACIONAL	75.375	72.576	3,9	75.375	72.576	3,9
DOMÉSTICO	72.222	74.117	-2,6	81.775	97.487	-16,1
Km Voados ( 000 )	108.222	107.601	0,6	113.803	121.783	-6,6
INTERNACIONAL	60.051	58.139	3,3	60.051	58.139	3,3
DOMÉSTICO	48.171	49.462	-2,6	53.752	63.644	-15,5
Passageiros Transportados	5.838.021	5.279.807	10,6	6.113.886	6.169.123	-0,9
INTERNACIONAL	1.920.019	1.776.266	8,1	1.920.019	1.776.266	8,1
DOMÉSTICO	3.918.002	3.503.541	11,8	4.193.867	4.392.857	-4,5
Ass x Km Oferecidos ( 000 )	18.862.573	18.902.187	-0,2	19.134.846	20.098.068	-4,8
INTERNACIONAL	12.550.859	12.800.529	-2,0	12.550.859	12.800.529	-2,0
DOMÉSTICO	6.311.714	6.101.658	3,4	6.583.987	7.297.539	-9,8
Pax x Km Transportados ( 000 )	13.384.716	12.964.909	3,2	13.556.584	13.609.609	-0,4
INTERNACIONAL	9.427.810	9.296.383	1,4	9.427.810	9.296.383	1,4
DOMÉSTICO	3.956.906	3.668.526	7,9	4.128.774	4.313.226	-4,3
Aproveitamento ( % ) Pax x Km	71%	69%	2p.p.	71%	68%	3p.p.
INTERNACIONAL	75%	73%	2p.p.	75%	73%	2p.p.
DOMÉSTICO	63%	60%	3p.p.	63%	59%	4p.p.
Ton x Km de Carga + MP ( 000 )	637.771	552.562	15,4	638.262	555.434	14,9
INTERNACIONAL	536.497	466.540	15,0	536.497	466.540	15,0
DOMÉSTICO	101.274	86.022	17,7	101.765	88.894	14,5



## RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

No quadro abaixo demonstramos a composição da frota, dividida em aeronaves operacionais e as que estavam fora de operação. Estas últimas são conseqüências da reestruturação da malha aérea e que estão sendo objeto de negociação junto aos arrendadores.

Modelo de aeronaves	VARIG e VARIG Log		VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE	
	2004	2003	2004	2003
<b>Aeronaves operacionais</b>				
ERJ 145	-	-	7	10
B - 737/300	22	19	29	26
B - 737/400	1	-	1	-
B - 737/500	-	-	13	12
B - 737/700	-	-	2	3
B - 737/800	2	1	2	1
B - 767/300	7	6	7	6
B - 777/200	3	1	3	1
MD - 11	11	12	11	12
B - 727/100 ( Cargo )	2	2	2	2
B - 727/200 ( Cargo )	3	3	3	3
DC - 10/30 ( Cargo )	3	3	3	3
TOTAL	54	47	83	79
PASSAGEIROS	46	39	75	71
CARGUEIROS	8	8	8	8
<b>Aeronaves fora de operação</b>				
ERJ 145	-	-	4	5
B - 737/200	2	10	2	10
B - 737/300	3	5	3	5
B - 737/500	-	-	1	2
B - 737/700	-	-	1	-
B - 737/800	-	1	-	1
B - 767/300	1	-	1	-
B - 777/200	1	1	1	1
MD - 11	6	2	6	2
B - 727/100 ( Cargo )	2	2	2	2
B - 727/200 (Cargo)	1	1	1	1
TOTAL	16	22	22	29
PASSAGEIROS	13	19	19	26
CARGUEIROS	3	3	3	3
<b>Total da frota de aeronaves</b>				
TOTAL	70	69	105	108
PASSAGEIROS	59	58	94	97
CARGUEIROS	11	11	11	11

Ao analisarmos as operações do segmento de transporte aéreo, a VARIG, sua controlada VARIG Logística e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste, observamos uma evolução de 3 pontos percentuais no índice de aproveitamento combinado, o qual passou de 68% em 2003 para 71% em 2004.



## RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

Esta importante melhoria decorre do processo de racionalização da malha aérea, da adequação da frota e conseqüentemente da melhor utilização das aeronaves. Em relação a 2003, observamos uma redução de 4,8% na oferta de assentos proporcionada pelas empresas em contrapartida a uma redução de apenas 0,4% nos Passageiros/Km Transportados. Neste mesmo período o mercado brasileiro de aviação apresentou um crescimento de 0,4% na oferta e 10,1% na demanda.

### 2. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

No quadro a seguir demonstramos os principais componentes do resultado das operações da VARIG, individualmente, e da VARIG com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste.

(valores em milhares de reais)

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Operações de vôo passageiros						
Receita líquida	3.157.184	3.147.797	0,3	3.247.314	3.385.200	-4,1
Custo dos serviços prestados	(2.313.357)	(2.431.564)	-4,9	(2.412.992)	(2.671.079)	-9,7
Despesas comerciais	(660.475)	(612.078)	7,9	(677.622)	(669.583)	1,2
Despesas administrativas	(81.702)	(76.723)	6,5	(87.459)	(89.733)	-2,5
Resultado das operações de vôo passageiros	101.650	27.432	-	69.241	(45.195)	-
Resultado de acordos operacionais	(61.608)	(44.988)	-	-	-	-
Resultado de outras operações	18.702	(25.867)	-	18.191	(25.585)	-
Resultado da atividade - EBIT	58.744	(43.423)	-	87.432	(70.780)	-

#### 2.1 RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE VÔO DE PASSAGEIROS

As operações de vôo de passageiros estão passando, nestes últimos anos, por profundas modificações visando a adequação da oferta de serviços à demanda verificada em cada uma das regiões e rotas em que a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste operam.

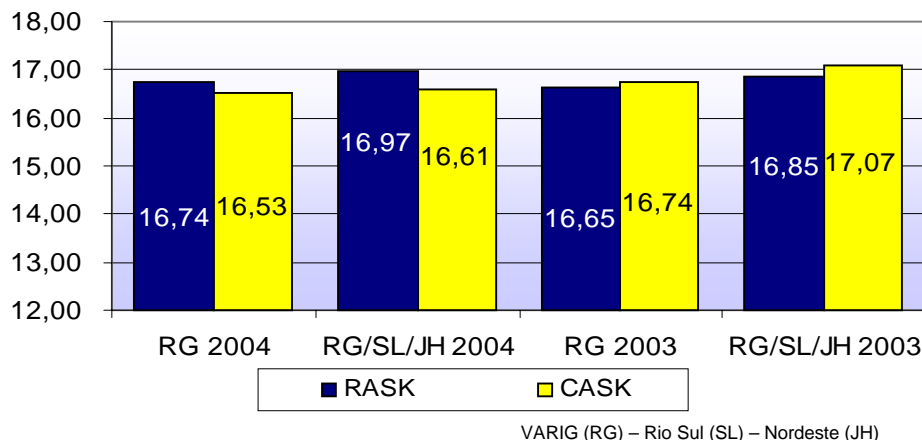
Os benefícios destas modificações podem ser notados nos resultados das operações de vôos - passageiros. Na VARIG, a lucratividade foi quatro vezes maior com relação ao lucro apresentado em 2003 chegando a R\$102 milhões. Considerando-se os resultados combinados o ano de 2004 apresenta uma reversão do prejuízo de 2003 (R\$45 milhões), fechando com um lucro de R\$69 milhões.

Com o objetivo de visualizar a melhoria do resultado das operações de vôo, demonstramos abaixo o gráfico de análise gerencial da evolução do RASK (receita unitária por ass/km) e do CASK (custo por ass/km), demonstrado em reais.



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

**DOMÉSTICO E INTERNACIONAL**

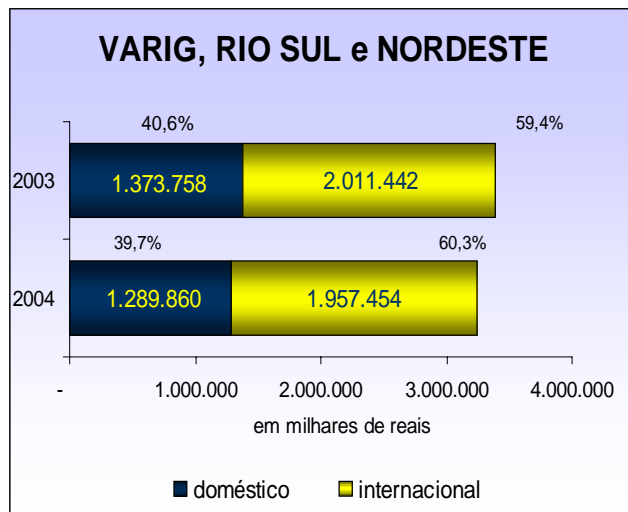
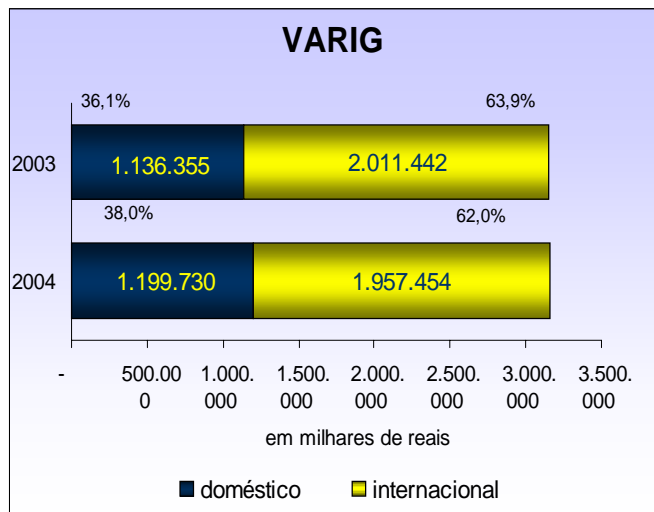


**2.1.1 RECEITA LÍQUIDA DE VÔO (PASSAGEIROS)**

A receita líquida de vôo da VARIG para o semestre findo em 30 de junho de 2004, quando comparada com o mesmo período de 2003, mostra um crescimento nominal de 0,3% e esse fato, em parte, é explicado pela exposição das receitas de vôo geradas em dólar norte-americano. Quando comparamos às taxa médias de câmbio para os semestres de 2004 e 2003, observamos uma valorização do Real frente ao dólar na ordem de 6,4%.

Quando se compara a receita líquida combinada das três empresas (VARIG, Rio Sul e Nordeste) verifica-se redução nominal da receita líquida de vôo na ordem de 4%. Em adição ao efeito cambial acima comentado, a redução de 0,4% no número de passageiros/km transportados contribuiu para esta variação.

A receita líquida de vôos domésticos e internacionais apresentou a seguinte composição:



O expressivo volume de receitas internacionais, apresenta compatibilidade com os custos, que em sua maioria são também denominados em moeda forte.

## 2.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

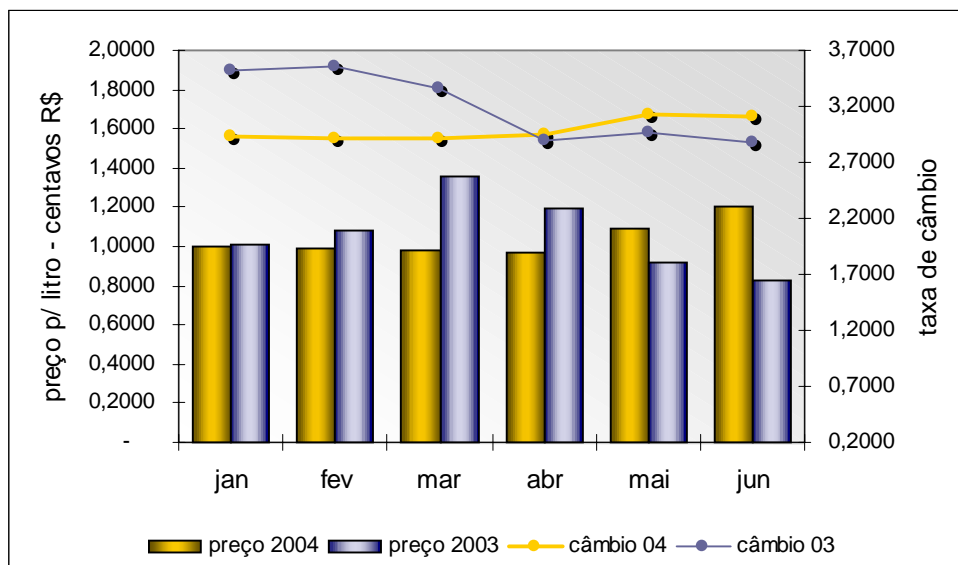
Apesar da VARIG em conjunto com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste atuar permanentemente em programas de contenção de despesas e redução dos custos, seus resultados estão sujeitos a fatores externos para os quais, no momento, não é viável implementar eficientes programas de proteção. Entre esses fatores, destacam-se o preço do petróleo no mercado mundial e a volatilidade da moeda brasileira.

Para esse semestre o combustível, insumo que representa aproximadamente 35% dos custos operacionais, apresentou uma ligeira queda de preço em relação ao mesmo período do ano anterior, como a seguir demonstrado:

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	809.079	807.737	0,2	826.646	882.165	-6,3
Combustível x custo de voo	35,0%	33,2%	1,8p.p.	34,3%	33,0%	1,2p.p.
Consumo em litros (mil)	775.494	766.954	1,1	792.612	824.784	-3,9
Custo por litro (centavos R\$)	104,3	105,3	-0,9	104,3	107,0	-2,5

Salienta-se o fato que, nesse período, o custo do combustível esta superior em aproximadamente 49% aos registrados no ano de 2002.

Abaixo apresentamos o comportamento do preço do combustível durante os primeiros seis meses de 2004, comparados com igual período de 2003, e sua correlação com a taxa de câmbio (real/dólar).





## RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

Apesar da queda do preço no semestre, quando comparados primeiro trimestre e segundo trimestres, fica evidenciado um incremento substancial no preço do combustível em reais, oriundo da oscilação cambial e do aumento de preço em dólares do insumo no mercado externo, o quadro abaixo compara estes períodos.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2T04	1T04	var. %	2T04	1T04	var. %
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	423.740	385.339	10,0	435.277	391.369	11,2
Combustível x custo de voo	36,5%	33,5%	3,0p.p.	35,1%	33,4%	1,7p.p.
Consumo em litros (mil)	389.362	386.132	0,8	397.915	394.697	0,8
Custo por litro (centavos R\$)	108,8	99,8	9,0	109,4	99,2	10,3

Outro item importante na composição dos custos operacionais, conforme apresentado no quadro abaixo, representando cerca de 14% dos mesmos, é o arrendamento de aeronaves. Este custo apresentou redução obtida com a adequação da frota e de preços renegociados além da redução obtida com a valorização do Real frente ao dólar norte americano já que este custo também é denominado nesta moeda.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Despesas c/ arrendamento (R\$ mil)	323.975	381.506	-15,1	343.396	439.333	-21,8
Arrendamento x custo de voo	14,0%	15,7%	-1,7p.p.	14,2%	16,4%	-2,2p.p.

### 2.2 RESULTADO DA ATIVIDADE

O resultado da atividade da VARIG atingiu R\$59 milhões em 2004 – prejuízo de R\$43 milhões em 2003 – representando margem (EBIT) de 1,9% em 2004 (1,4% negativos em 2003).

Considerando a atividade combinada da VARIG, Rio Sul e Nordeste o resultado em 2004 atinge R\$87 milhões e a margem fica em 2,7% (2,1% negativos em 2003).

### 2.3 RESULTADO FINANCEIRO

As despesas financeiras corresponderam a R\$274 milhões em 2004 (R\$171 milhões em 2003), com incremento de 60%, dentre as quais, destaca-se o encargo financeiro sobre o parcelamento especial (PAES), que corresponde a R\$150 milhões e cujo índice é a TJLP.

Com a consolidação dos passivos contingenciais junto à Receita Federal e INSS, transformados em dívida parcelada através do programa “PAES”, além das multas acentuadas que foram reconhecidas no exercício anterior, agora também há a correção do valor total pela TJLP, que impõem constantes acréscimos a essa dívida, em contrapartida as despesas financeiras que são reconhecidas pelo regime de competência, porém, sem efeitos imediatos no fluxo de caixa.



## RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO – 2004 E 2003

---

As variações monetárias e cambiais apuradas no período converteram-se em perdas de R\$128 milhões (ganhos de R\$285 milhões em 2003) e estão compostas principalmente por variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos; variações monetárias vinculadas a correções por índices internos de inflação de empréstimos e financiamentos; e variações cambiais apuradas sobre ativos e passivos vinculados à atividade principal da Companhia.

No semestre de 2004, o Real, em relação ao dólar norte-americano, teve uma desvalorização (7,6%) contra uma valorização (18,7%) no mesmo período de 2003.

### **2.4 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

As outras despesas operacionais são compostas, basicamente, pela provisão do passivo atuarial como patrocinadora do plano de aposentadoria AERUS – R\$122,8 milhões – conforme determinado pela CVM, através da Deliberação nº371 e outras contingências – R\$40,4 milhões.

### **3. PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)**

O passivo a descoberto em 30 de junho de 2004 é de R\$6,9 bilhões, contudo, a Companhia possui créditos contingentes, créditos estes, cujos montantes, foram confirmados por trabalhos efetuados por consultorias independentes, que se registrados teríamos os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

- Créditos tributários, representados por ICMS a recuperar, referentes ao período de maio de 1989 a junho de 1994 no valor de aproximadamente R\$1,5 bilhão;
- Crédito da ação de defasagem tarifária no valor líquido estimado de R\$3 bilhões;
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias no valor líquido de R\$2,3 bilhões.

Caso as regras contábeis em vigor permitissem os registros desses créditos, o Patrimônio Líquido da Companhia seria sensivelmente modificado.





## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho, 31 de março de 2004 e 31 de dezembro de 2003  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Jun/04	Mar/04	Dez/03	Jun/04	Mar/04	Dez/03
<b>CIRCULANTE</b>						
Disponibilidades	106.571	92.522	137.773	116.812	112.539	159.968
Contas a receber	685.218	616.960	618.176	852.779	781.643	797.364
Empresas relacionadas	4.254	43.077	13.278	10.740	128.405	118.956
Depósitos especiais	30.254	26.156	43.300	42.063	34.683	57.772
Estoques	32.389	24.125	21.771	248.051	184.873	173.077
Arrendamento mercantil antecipado	795	1.251	19.811	795	1.251	19.811
Pagamentos antecipados	177.036	180.856	161.672	196.243	191.769	179.514
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.036.517</b>	<b>984.947</b>	<b>1.015.781</b>	<b>1.467.483</b>	<b>1.435.163</b>	<b>1.506.462</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>						
Empresas relacionadas	517.323	381.430	384.534	468.016	379.902	382.912
Depósitos especiais	227.962	210.682	188.045	229.009	211.771	189.903
Créditos tributários	88.086	92.008	79.855	103.808	108.972	96.133
Outros créditos	42.800	42.109	42.042	42.800	42.109	42.042
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>876.171</b>	<b>726.229</b>	<b>694.476</b>	<b>843.633</b>	<b>742.754</b>	<b>710.990</b>
<b>PERMANENTE</b>						
Investimentos	511.438	525.637	523.490	25.367	29.653	14.336
Imobilizado	195.053	201.367	208.157	514.079	544.917	602.238
Diferido	-	-	-	-	-	-
<b>PERMANENTE</b>	<b>706.491</b>	<b>727.004</b>	<b>731.647</b>	<b>539.446</b>	<b>574.570</b>	<b>616.574</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	<b>6.923.745</b>	<b>6.528.134</b>	<b>6.356.925</b>	<b>6.923.745</b>	<b>6.528.134</b>	<b>6.356.925</b>
<b>TOTAL DO ATIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</b>	<b>9.542.924</b>	<b>8.966.314</b>	<b>8.798.829</b>	<b>9.774.307</b>	<b>9.280.621</b>	<b>9.190.951</b>



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho, 31 de março de 2004 e 31 de dezembro de 2003  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Jun/04	Mar/04	Dez/03	Jun/04	Mar/04	Dez/03
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	435.278	303.956	289.176	457.469	323.644	324.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	566.816	595.014	602.512	569.205	597.342	617.010
Financiamentos de obrigações fiscais	229.712	263.758	220.259	263.483	278.854	233.999
Taxas, impostos e contribuições	253.295	262.831	243.241	277.431	284.088	265.043
Salários e encargos sociais	122.532	112.284	107.875	216.889	189.326	185.440
Arrendamento mercantil a pagar	178.246	146.244	123.114	217.162	153.368	156.768
Empresas relacionadas	26.020	118.094	81.949	26.374	124.901	98.468
Contas a pagar	252.825	231.283	270.131	278.320	284.697	310.900
Transportes a executar	852.054	677.246	726.679	866.664	682.886	744.907
Provisões diversas	301.787	364.091	334.584	331.141	385.618	355.335
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.218.565</b>	<b>3.074.801</b>	<b>2.999.520</b>	<b>3.504.138</b>	<b>3.304.724</b>	<b>3.292.808</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.843.307	1.805.197	1.883.218	1.854.086	1.815.952	1.894.555
Financiamentos de obrigações fiscais	2.963.537	2.959.034	2.945.163	3.020.872	3.028.705	3.014.959
Empresas relacionadas	167.507	46.568	37.601	32.078	37.860	29.055
Arrendamento mercantil a pagar	110.346	97.047	90.160	110.346	97.047	90.160
Provisão passivo atuarial	333.627	267.708	210.819	340.811	273.923	216.065
Provisões para contingências	906.035	715.959	632.348	911.877	722.271	638.190
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.324.359</b>	<b>5.891.513</b>	<b>5.799.309</b>	<b>6.270.070</b>	<b>5.975.758</b>	<b>5.882.984</b>
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	-	-	-	99	139	15.159
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.542.924</b>	<b>8.966.314</b>	<b>8.798.829</b>	<b>9.774.307</b>	<b>9.280.621</b>	<b>9.190.951</b>



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos de janeiro a junho de 2004 e de 2003  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>			
	<b>Abril a junho</b>		<b>janeiro a junho</b>	
	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
Receitas de voo	1.639.414	1.549.593	3.239.537	3.203.940
Outras receitas operacionais	65.690	41.140	119.395	89.559
Impostos sobre receita	(45.933)	(30.101)	(97.515)	(56.143)
Receita operacional líquida	1.659.171	1.560.632	3.261.417	3.237.356
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>				
Custos de voo	(1.162.255)	(1.167.262)	(2.313.357)	(2.476.552)
Outros custos operacionais	(104.831)	(46.124)	(147.139)	(115.426)
	(1.267.086)	(1.213.386)	(2.460.496)	(2.591.978)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>392.085</b>	<b>347.246</b>	<b>800.921</b>	<b>645.378</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Despesas comerciais	(331.518)	(308.716)	(660.475)	(612.078)
Honorários da administração	(931)	(983)	(1.726)	(1.892)
Despesas administrativas	(40.281)	(37.418)	(79.976)	(74.831)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>	<b>19.355</b>	<b>129</b>	<b>58.744</b>	<b>(43.423)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS</b>				
Receitas financeiras	2.901	1.609	6.852	3.831
Despesas financeiras	(134.140)	(86.986)	(269.673)	(157.046)
Despesas financeiras sobre contratos de leasing	(3.636)	(10.434)	(3.969)	(14.104)
Variações monetárias de obrigações e créditos	(122.268)	207.007	(127.907)	285.178
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(8.378)	(2.350)	(13.427)	(13.133)
	(265.521)	108.846	(408.124)	104.726
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES</b>	(14.053)	22.993	(11.752)	15.065
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS</b>	(134.642)	(195.481)	(201.920)	(365.962)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(394.861)</b>	<b>(63.513)</b>	<b>(563.052)</b>	<b>(289.594)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(749)	(98)	(3.768)	(955)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(395.610)</b>	<b>(63.611)</b>	<b>(566.820)</b>	<b>(290.549)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO NO FINAL DO PERÍODO EM R\$</b>	<b>(5,66)</b>	<b>(0,91)</b>	<b>(8,11)</b>	<b>(4,16)</b>



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos de janeiro a junho de 2004 e de 2003  
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Abril a junho		janeiro a junho	
	2004	2003	2004	2003
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
Receitas de voo	2.030.241	1.787.687	3.879.890	3.713.874
Outras receitas operacionais	139.370	109.288	230.124	210.462
Impostos sobre receita	(73.801)	(46.877)	(137.395)	(83.380)
Receita operacional líquida	2.095.810	1.850.098	3.972.619	3.840.956
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>				
Custos de voo	(1.439.593)	(1.276.836)	(2.720.301)	(2.740.793)
Outros custos operacionais	(140.460)	(80.599)	(204.756)	(184.788)
	(1.580.053)	(1.357.435)	(2.925.057)	(2.925.581)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>515.757</b>	<b>492.663</b>	<b>1.047.562</b>	<b>915.375</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Despesas comerciais	(447.020)	(407.921)	(883.380)	(820.574)
Honorários da administração	(1.296)	(1.274)	(2.473)	(2.487)
Despesas administrativas	(54.468)	(51.968)	(104.154)	(104.342)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>	<b>12.973</b>	<b>31.500</b>	<b>57.555</b>	<b>(12.028)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS</b>				
Receitas financeiras	3.953	3.249	8.769	7.183
Despesas financeiras	(138.366)	(93.185)	(277.088)	(170.618)
Despesas financeiras sobre contratos de leasing	(3.636)	(10.434)	(3.969)	(14.104)
Variações monetárias de obrigações e créditos	(119.787)	205.415	(124.768)	282.042
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(9.028)	(2.508)	(14.077)	(13.633)
	(266.864)	102.537	(411.133)	90.870
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES</b>	(4.130)	(2.259)	(3.125)	(2.068)
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS</b>	(132.447)	(195.259)	(201.920)	(367.239)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(390.468)</b>	<b>(63.481)</b>	<b>(558.623)</b>	<b>(290.465)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(5.182)	53	(8.201)	73
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	40	(183)	4	(157)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(395.610)</b>	<b>(63.611)</b>	<b>(566.820)</b>	<b>(290.549)</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

A FRB-Par Investimentos S.A., controladora da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), VARIG Participação em Transportes Aéreos S.A. e VARIG Participação em Serviços Complementares S.A., e a TAM S.A., controladora da TAM Linhas Aéreas S.A., assinaram, em 6 de fevereiro de 2003, um Protocolo de Entendimentos objetivando uma solução conjunta para as dificuldades enfrentadas pelas empresas, em virtude da grave crise que afeta a indústria de aviação comercial. O Protocolo contempla a possível criação de uma nova empresa, cujo capital seria integralizado com as participações acionárias das suas assinantes nas entidades acima indicadas. Ainda como resultado do Protocolo, as empresas operacionais estão, desde 10 de março de 2003, utilizando-se do sistema de compartilhamento de vôos (“code sharing”) e efetuaram uma reorganização parcial de suas rotas e frequências.

Estudos desenvolvidos pelas empresas e seus assessores culminaram na apresentação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em 10 de fevereiro de 2004, de uma proposta de ações que contribuiriam para a evolução da associação entre as empresas, prevista no Protocolo de Entendimentos. As principais ações contempladas, que reconhecem as mudanças no cenário da indústria da aviação civil desde a data de assinatura do Protocolo de Entendimentos até a apresentação ao CADE, são:

- a) Criação de uma sociedade prestadora de serviços (gerenciamento dos vôos compartilhados), com pequeno quadro de funcionários e controle igualmente distribuído entre as assinantes do Protocolo de Entendimentos, cujos objetivos serão:
  - Aprimorar a integração das empresas, no que se refere ao sistema de compartilhamento de vôos.
  - Acelerar a transferência de benefícios aos consumidores, principalmente através da aceitação recíproca de bilhetes nas rotas compartilhadas.
- b) Manutenção das atuais estruturas societárias e gestão individual das empresas operacionais por um prazo estimado em até 24 meses. Nesse período será avaliada a viabilidade de uma futura fusão de ativos e passivos das empresas.

Em adição aos entendimentos com empresa congênere, anteriormente resumidos, a Administração da Companhia implementou uma série de ações para o restabelecimento do seu equilíbrio econômico-financeiro e da sua posição patrimonial, a recuperação da sua lucratividade e a necessária geração de caixa. Entre outras, as principais ações adotadas incluem renegociações com arrendadoras de aeronaves e principais fornecedores objetivando o alongamento e a reestruturação de suas dívidas, a readequação da sua frota de aeronaves e do seu quadro funcional e o Pedido de Parcelamento Especial de tributos.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultados, individual e consolidada, foram elaborados e estão sendo apresentados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados no encerramento do último exercício social.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações contábeis consolidadas e os saldos e as transações intercompanhias eliminados.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a. Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

#### b. Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais.

#### c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco com a realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

#### d. Transações em Moeda Estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços patrimoniais. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

#### e. Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

#### f. Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

#### g. Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de mercado é o atual custo de aquisição das peças de reposição. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

### **i. Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para adequá-los ao valor provável de realização.

### **j. Imobilizado**

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

### **k. Financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

### **l. Contratos de Arrendamento de Aeronaves**

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

### **m. Imposto de Renda e Contribuição Social**

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

### **n. Provisões**

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o Programa Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas voadas para suprir o transporte de passageiros com direito ao prêmio Smiles.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

### **o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### p. Reconhecimento da Receita

As receitas de vendas são reconhecidas quando da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas, cujos serviços não foram prestados, permanecem na conta "Transportes a executar" no passivo circulante. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A., os resultados globais auferidos são distribuídos entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

### q. Plano de Pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, referentes ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência. Os custos estimados dos benefícios definidos são provisionados de acordo com o período de serviço do funcionário.

### r. Prejuízo por Ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços patrimoniais.

### s. Uso de Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

## 4. INVESTIMENTOS

### a) Valores dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	Jun-04	Mar-04	Jun-04	Mar-04
▪ Em sociedades controladas:				
VARIG Logística S.A.	5.400	9.500	-	-
Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	11.331	15.471	11.331	15.471
VARIG Engenharia e Manutenção S.A.	480.671	486.484	-	-
▪ Outros	14.036	14.182	14.036	14.182
	<u>511.438</u>	<u>525.637</u>	<u>25.367</u>	<u>29.653</u>

### b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumariadas a seguir:

Empresas	2004				
	Participação no capital social - %	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado Do Período	Equivalência Patrimonial
VARIG Logística S.A.	99,06	231.832	5.451	(341)	(338)
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	49,00	10.436	23.124	(6.398)	(3.135)
VARIG Engenharia e Manutenção S.A.	99,99	501.294	480.719	(8.280)	(8.279)
					<u>(11.752)</u>





## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

A participação da Companhia nos resultados da Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A. foi reconhecida através de equivalência patrimonial, com base em demonstração de resultados preliminar. As informações financeiras atualmente disponíveis não evidenciam a necessidade de nenhum ajuste relevante que possa impactar significativamente a posição patrimonial e financeira da controladora.

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.

### 5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado Operacional	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		2004	2003
	Jun/04	Mar/04	Jun/04	Mar/04	Jun/04	Mar/04	Jun/04	Mar/04		
▪ SATA Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	12.273	16.945	-	-	-	-	(44.569)	(44.598)
▪ Rio Sul Linhas Aéreas S.A.	-	71.582	-	70.616	-	39.747	-	-	-	-
▪ Nordeste Linhas Aéreas S.A.	-	53.332	-	13.254	-	-	-	7.008	-	-
▪ Fundação Ruben Berta	806	-	1.653	4.637	-	-	32.078	30.538	-	-
▪ Companhia Tropical de Hotéis	859	553	1.512	1.760	-	-	-	-	(1.017)	(1.661)
▪ Varig Participações em Transportes Aéreos S.A.	-	-	-	-	130.912	23.400	-	-	-	-
▪ Varig Participações em Serviços Complementares S.A.	-	-	-	-	329.841	312.593	-	-	-	-
▪ FRB-Par Investimentos S.A.	-	2.828	-	1.084	1.760	921	-	-	-	-
▪ Amadeus Brasil Ltda.	-	12	9.900	10.330	3.241	3.241	-	-	-	-
▪ Rotatur S.A..	-	8	900	843	-	-	-	44	-	-
▪ Outras	9.075	90	136	5.432	2.262	-	-	270	-	-
	<u>10.740</u>	<u>128.405</u>	<u>26.374</u>	<u>124.901</u>	<u>468.016</u>	<u>379.902</u>	<u>32.078</u>	<u>37.860</u>	<u>(45.586)</u>	<u>(46.259)</u>

Os ativos de curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços referentes a serviços de transporte de passageiros e carga.

Os passivos de curto prazo referem-se, sobretudo, à prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços auxiliares de pista e manuseio de carga, serviços de sistemas informatizados para reservas e emissão de passagens aéreas e serviços de hospedagem.

Os ativos de longo prazo referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital na empresa relacionada Amadeus Brasil Ltda., empréstimos de mútuo por assunção de dívida da Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. com a INFRAERO e empréstimo de mútuo, com juros variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 6. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 30 de junho de 2004, totaliza R\$345.947 e R\$2.126.395, respectivamente, e serão exigidos nos seguintes períodos:

	<u>Financeiro</u>	<u>Operacional</u>
▪ 2004	102.513	341.273
▪ 2005	65.073	544.528
▪ 2006	170.179	342.618
▪ 2007	5.030	261.606
▪ 2008	3.152	199.052
▪ Após 2008	-	437.318
	<u>345.947</u>	<u>2.126.395</u>

### 7. IMPOSTO DE RENDA

Em 30 de junho de 2004, o saldo de prejuízo fiscal consolidado é de R\$5.204.127 e de base negativa de contribuição social é de R\$5.321.461; para os quais não há prazo-limite para a utilização.

### 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 30 de junho de 2004 certas cláusulas referentes ao contrato de empréstimo obtido através de operação de securitização nos Estados Unidos não estão sendo cumpridas. A Companhia está mantendo negociações com essa entidade objetivando a regularização do assunto e, conseqüentemente, evitar o vencimento antecipado da dívida. As parcelas vincendas relativas a esse contrato foram reclassificadas para o curto prazo. Quanto aos demais credores, a VARIG vem negociando caso a caso com vistas a chegar a um termo adequado para ambas as partes.

### 9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como conseqüência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. Em 31 de agosto de 2003, o valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da TJLP.

Não obstante os valores do PAES não ter sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas. A Companhia amparada por mediadas liminares, suportando a utilização de créditos fiscais e previdenciários para compensação com débitos vincendos, está adotando o procedimento de liquidar certas parcelas de tributos incluídos no PAES com créditos fiscais e previdenciários. As liquidações das parcelas com base nas compensações também estão sujeitas a homologação pelas autoridades competentes. Em 30 de junho de 2004 considerando que as compensações não haviam sido homologadas o montante de R\$93.796 mil foi registrado na rubrica provisão para contingências.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2004, foi provisionado o montante de R\$906.035 (R\$715.959 em 31 de março de 2004), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	Jun/04	Mar/04	Jun/04	Mar/04
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	800.648	613.945	803.508	613.945
Trabalhistas	105.387	102.014	103.369	102.536
Outras, tributárias	-	-	5.000	5.790
	<u>906.035</u>	<u>715.959</u>	<u>911.877</u>	<u>722.271</u>

#### Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

As seguintes principais ações estão em andamento:

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a dezembro de 2003. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$163.017 em 30 de junho de 2004 (R\$152.592 em 31 de março de 2004) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexistência da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$127.897 em 30 de junho de 2004 (R\$125.386 em 31 de março de 2004).
- iii) Finsocial - Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, em 2003, valores recolhidos a mais a título de Finsocial com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 30 de junho de 2004, uma provisão no montante de R\$178.377 (R\$ 128.854 em 31 de março de 2004), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.
- iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas,



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a março de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$75.755 em 30 de junho de 2004 e estão provisionados (R\$79.826 em 31 de março de 2004).

- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2003. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$80.835 em 30 de junho de 2004 e estão provisionados (R\$82.996 em 31 de março de 2004).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 30 de junho de 2004 é de R\$50.249 - (R\$40.172 em 31 de março de 2004).
- vii) Fundo Aeroviário - FA –A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 30 de junho de 2004, uma provisão no montante de R\$83.111 correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Além dos assuntos discutidos, para os quais foram registradas provisões para prováveis perdas, a Companhia está movendo contra os órgãos competentes a seguinte principal ação, que, na avaliação de seus assessores legais, terá desfecho favorável e, portanto, não requerer o registro contábil de uma provisão:

- As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

### Contingências trabalhistas

Em 30 de junho de 2004, a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$165.515. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$105.387 (R\$102.014 em 31 de março de 2004) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações.

### Créditos contingentes

**Diferença tarifária** - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeira e segunda instâncias e teve seu valor fixado na época, em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

A Companhia, até o momento, não reconheceu em suas demonstrações financeiras o referido crédito.

**Crédito de ICMS** - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuados entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que montavam a aproximadamente R\$1,5 bilhão em 31 de junho de 2004. Esse crédito só será reconhecido nas demonstrações financeiras no momento de sua efetiva realização.

### 11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas, são:

	<u>Controladora</u>
▪ Passivo atuarial – AERUS	(122.808)
▪ Provisão para contingências	(40.360)
▪ Outros resultados	(38.752)
	<u>(201.920)</u>

### 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir-se a estimativa do valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas abaixo não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de junho de 2004, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

- (a) Caixa e Bancos, Aplicações Financeiras, Contas a Receber, Outros Ativos Circulantes e Contas a Pagar – O valor contabilizado de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar aproxima-se do valor de realização.
- (b) Investimentos – Consistem principalmente de controladas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Sociedade. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.
- (c) Empréstimos e Financiamentos – Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis para a Sociedade para operações com termos e vencimentos similares foram utilizados para estimar o valor de realização, o qual não difere materialmente do valor registrado
- (d) Financiamentos de Taxas e Contribuições – As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas aos financiamentos.
- (e) Derivativos – São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. A Sociedade não opera com derivativos com o propósito de especulação.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

(f) Risco de crédito – A Sociedade pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de serviços de manutenção de aeronaves e de bilhetes através de agentes de viagens e ou vendas diretas. Para reduzir este risco, é realizada análise de crédito dos agentes de viagens.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

(g) Risco com taxa de juros – Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade não opera com contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco em algumas operações.

(h) Risco com taxa de câmbio – Este risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Sociedade é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda forte.

### 13. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 01 de julho de 2004 a Companhia como patrocinadora do AERUS assinou Instrumento Particular de Reconhecimento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial, apurado através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável.

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com o AERUS superar em R\$ 267.543 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 30 de setembro de 2004, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como consequência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 30 de setembro de 2004, no valor de R\$405.739 mil, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato celebrado com o AERUS, no montante de R\$ 673.282 mil, sendo a parcela excedente, no valor de R\$ 267.543 mil, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto Aerus de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008 será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:

- a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.
- b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução de parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o valor pactuado no presente instrumento.



## NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2004 e de 31 de março de 2004  
(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Joaquim Fernandes dos Santos  
Presidente

Jorge Luiz Gouvêa  
Vice-Presidente

Eduardo Nascimento Araújo

Gesner José Oliveira Filho

Harro Fouquet

Reynaldo Vilardo Aloy

Waldir Luiz Correa

### **COMITÊ EXECUTIVO**

Carlos Luiz Martins Pereira e Sousa  
Diretor Presidente

Alberto Fajerman  
Vice-Presidente Executivo Comercial e Planejamento

Miguel Dau  
Vice-Presidente Operacional e Técnico

Luiz Fernando Gusmão Wellisch  
Vice-Presidente de Administração e Financeiro

### **DIRETORIA**

Ricardo José Bullara  
Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

Faustino Albano Pereira Junior  
Diretor de Marketing

José Dolabela Portela  
Diretor de Atendimento ao Cliente

Cristovão Ubiratã Fuhrich  
Diretor de Operações de Voo

Marcelo William Bottini  
Diretor de Vendas

Agostinho A. P. Leite Neto  
Contador  
CRC-SP –159.319-S/RS  
CPF 047.866.998-45





## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

---

Aos Acionistas e Administradores da  
“VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)  
Porto Alegre - RS

- 1 Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITRs da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas (controladora e consolidado) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2004, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes elaboradas sob a responsabilidade da Administração Companhia e de suas controladas. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas Informações Trimestrais-ITR.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais – ITR referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais - ITR.
- 4 A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos, e em 30 de junho de 2004 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 2.182.048 mil (R\$ 2.089.854 mil em 31 de março de 2004) e o passivo a descoberto era de R\$ 6.923.745 mil (R\$ 6.528.134 mil em 31 de março de 2004). Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na nota explicativa nº 1. Em 30 de junho de 2004, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$ 328.050 mil (R\$ 259.845 mil em 31 de março de 2004), de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as Informações Trimestrais em 30 de junho de 2004 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.
- 5 As Informações Trimestrais – ITR possuem dados contábeis relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2004 e ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2003, os quais foram revisados por outros auditores independentes, e os relatórios de revisão especial, emitidos em 18 de maio de 2004 e 13 de agosto de 2003, contêm parágrafo de ênfase similar ao assunto mencionado no parágrafo 4.

São Paulo, 13 de agosto de 2004

Orlando Octavio de Freitas Jr.  
Sócio-contador  
CRC 1SP178871/O-4  
Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5